

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

MARIA JOCELENE CABRAL SILVA

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL AABB-
COMUNIDADE EM LIMOEIRO/PE**

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

MARIA JOCELENE CABRAL SILVA

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL AABB-
COMUNIDADE EM LIMOEIRO/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito

Orientadora: Prof. Dr. Rosemary Evaristo Barbosa

JOÃO PESSOA - PB
2014

MARIA JOCELENE CABRAL SILVA

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL AABB-
COMUNIDADE EM LIMOEIRO/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/____/2014

BANCA EXAMINADORA

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Fulano de tal – 1º membro
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. M.Sc. Beltrano de tal – 2º membro
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dedico aos meus filhos: Saulo, Taís e Ana Caroline, pelo apoio, incentivo aos estudos, e por proporcionarem um lar repleto de amor e cheio da presença de Deus. Eu amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o meu pai, meu pastor, meu guia e meu mestre que me ajudou nos momentos mais difíceis a concluir este curso, a quem amo e adoro acima de tudo.

Aos meus pais em memória que se dedicaram a minha educação desde criança.

Aos meus filhos e meu esposo Josemir que me acompanharam e estimularam em momentos difíceis.

A minha irmã Maria José que me incentivou a cursar essa graduação.

À Minha Família, pela força e apoio de concretizar essa graduação.

As minha amigas Lúbia e Izabel que na simplicidade e companheirismo, me entenderam em momentos difíceis, fazendo com que me sentisse melhor.

As minhas colegas de curso pelo convívio mesmo a distância e pelos momentos felizes quando nos encontrávamos.

A tutora Maria do Carmo, por estar sempre à disposição quando mais precisei no processo deste trabalho.

Ao coordenador Adiel pelo carinho e dedicação durante estes cinco anos da minha formação no curso de pedagogia.

A professora formadora Idelsuite e orientadora Rosemary pelo apoio e motivação.

A coordenadora pedagógica da AABB-Comunidade Valdenice, pela acolhida.

*Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades,
lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.*

Charles Chaplin

RESUMO

O trabalho aqui apresentado se refere à investigação e a divulgação do Programa Social Integração AABB-Comunidade da cidade de Limoeiro. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar como estão sendo desenvolvidas as experiências vivenciadas com crianças no referido programa e quais os resultados em foco buscando examinar o papel do Educador Social no âmbito do desenvolvimento do trabalho lúdico-inclusivo e conhecer o trabalho teórico metodológico do programa social Integração AABB - Comunidade em Limoeiro-PE. Considerando a relevância dessa temática para o público atendido, surgiu a necessidade de investigar e divulgar o desenvolvimento do referido programa. Para tanto, foi realizado uma pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, por meio de questionário, com sete professoras/educadoras sociais e o coordenador pedagógico que atual no programa. Diante dessas considerações, conclui-se que as atividades realizadas com crianças propostas pelo Programa Social Integração AABB – Comunidade proporcionam momentos de aprendizagens significativas que favorecem ao desenvolvimento da cidadania, da identidade, da autonomia, da cooperação, e outras, haja vista que nos instrumentos utilizados para investigação foi detectado que a perspectiva teórico-metodológica abordada pelo programa é a ludicidade, isto é, o aprender brincando, e as atividades desenvolvidas proporcionam momentos de aprendizagens significativas para as crianças que são de grande relevância para a inclusão dos educandos.

Palavras-chave: Programa Social AABB. Professores. Comunidade.

ABSTRACT

The work presented here refers to research and the dissemination of the Social Integration Program AABB-Community city of Limon. The general objective of this research is to analyze how they are being developed the experiences with children in the program and what results in focus trying to examine the role of the social educator in the development of recreational and inclusive work and meet the methodological theoretical work of the social program integration AABB - Community in Limon-PE. Considering the importance of this topic for the public served, the need to investigate and promote the development of the program. To that end, we conducted a field survey with a qualitative approach, using a questionnaire with seven teachers / social educators and the educational coordinator who present the program. Given these considerations, it is concluded that activities with children proposed by the Social Integration Program AABB - Community deliver moments of meaningful learning that favor the development of citizenship, identity, autonomy, cooperation, and other, given that the instruments used for research it was found that the theoretical and methodological perspective addressed by the program is playfulness, ie learn by playing, and developed activities provide moments of significant learning experiences for children that are of great relevance for the inclusion of students.

Keywords: Social Program AABB. Teachers. Community.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA.....	12
2.1 A educação inclusiva: algumas considerações.....	12
2.2 A educação inclusiva e a promoção da junção social: uma questão de direito	13
3 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – AABB COMUNIDADE.....	15
3.1 O programa e seu funcionamento em limoeiro.....	15
3.2 Fundamentos sociais, legais e pedagógicos.....	16
4 PERCUSO METODOLÓGICO.....	20
4.1 Caracterização da pesquisa.....	20
4.2 Local de estudo.....	21
4.3 Sujeitos da pesquisa.....	22
4.4 Instrumento utilizado na pesquisa de campo.....	22
4.5 Procedimentos para coleta de dados.....	22
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados.....	38

1 INTRODUÇÃO

As questões sociais no país atualmente são um dos fatores primordiais que precisam ser priorizados pelo poder público para garantir a inclusão e a justiça social. A educação inclusiva busca o atendimento das necessidades educacionais de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, deve-se ter um olhar mais atento para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Por essa razão, algumas políticas, programas, projetos e ações públicas têm sido implementadas no sentido de garantir os direitos das crianças. No entanto, por conta a inúmeras problemáticas relativas à execução de tais ações e ao contexto a que são dirigidas, nem sempre o que fora planejado é possível de ser realizado. Sendo assim, surgem algumas iniciativas por parte das instituições privadas em parceria com o poder público, para minimizar os problemas de vulnerabilidade social.

A relevância desse trabalho consiste em tecer considerações sobre um programa social desenvolvido em parceria entre o poder público municipal e as instituições privadas, que tem promovido impactos sociais no município de Limoeiro.

Diante do exposto surge o interesse em investigar sobre o trabalho desenvolvido com as crianças no Programa Integração Social AABB - Comunidade em Limoeiro-PE. Como questão norteadora a pesquisa trabalhou-se com a seguinte indagação: como na prática se dá a inclusão social de crianças e jovens participantes do programa social Integração AABB - Comunidade?

Para a realização desta pesquisa, traçou-se como objetivo geral analisar como o educador social desenvolve o trabalho lúdico-inclusivo por meio do Programa de Integração Social AABB – Comunidade. Como objetivos específicos, apresentamos o seguinte: 1. Discutir sobre a legislação e os documentos que tratam dos direitos humanos e da inclusão das crianças; 2. Refletir sobre a ludicidade como princípio integrador das atividades didático-pedagógicas; 3. Examinar o papel do Educador Social no âmbito do trabalho lúdico-inclusivo; e 4. Conhecer o programa social Integração AABB - Comunidade em Limoeiro-PE.

Em linhas gerais trata-se de uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa e exploratória, realizada na Instituição Associação Atlética do Banco do Brasil na cidade de Limoeiro-PE, local onde o referido trabalho é desenvolvido com crianças e adolescentes inseridos no Programa Social Integração AABB - Comunidade. Como instrumento de coleta de informação foi utilizado questionário educadoras sociais e a coordenadora pedagógica.

A partir do que foi pesquisado e coletado, estruturamos o trabalho da seguinte forma: rever a descrição, baseando-se no que aparece nos capítulos.

O primeiro capítulo da fundamentação teórica desse trabalho trata da inclusão social e os direitos humanos nos documentos oficiais, a relevância do tema se dá em virtude do programa abordar a inclusão de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, oportunizando a participação de forma igualitária dos mesmos para combater a desigualdade social dos que vivem excluídos da sociedade e da educação, sendo questões de direitos humanos, os quais estão estabelecidos nos documentos oficiais.

O segundo capítulo da fundamentação teórica, aborda sobre o programa de integração social AABB-Comunidade, do seu funcionamento em Limoeiro, bem como seus Fundamentos sociais, legais e pedagógicos. Trata-se de um programa que oferece uma complementação educacional para crianças e adolescentes de escola pública com idades entre 06 e 18 anos incompletos que participam do programa desenvolvendo atividades lúdicas no horário contrário ao turno escolar, tendo assim, como um dos princípios integradores a ludicidade, que é o aprender brincando, uma vez que é de grande importância para o ensino-aprendizagem das crianças, pois é através das brincadeiras lúdicas que elas aprendem de forma natural e prazerosa, e por serem em sua maioria interativa, favorecem ao desenvolvimento da cidadania, da identidade, da autonomia, da cooperação, entre outros.

Os fundamentos constitutivos do programa AABB_Comunidade são responsáveis pelo sucesso do mesmo, uma vez que existe um comprometimento com os objetivos propostos por parte de todos os nele estão envolvidos.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA

2.1 A educação inclusiva: algumas considerações

Em entrevista à Revista Nova Escola (Maio/2005), Mantoan define inclusão como sendo “a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.”

Nasce então a educação inclusiva, com o objetivo de combater a exclusão educacional. Nessa perspectiva, segundo a UNESCO, as escolas devem:

Acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Essas escolas devem incluir crianças com deficiência e as superdotadas, meninos e meninas de rua, crianças trabalhadoras, de origens remotas ou de populações nômades, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou à margem da sociedade. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas educacionais. (FERREIRA, 2009, p 195)

Nesse contexto, pode-se dizer que a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção, buscando atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

De acordo com Brunswick (1994), um sistema educacional voltado para a educação inclusiva baseia-se em certos princípios, a saber:

Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em suas escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades co-curriculares e extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade. (BRUNSWICK, 1994, apud PACHECO, 2007. p. 14)

Além disso, para uma educação inclusiva bem sucedida Giangreco (1997) ressalta que

o trabalho colaborativo em equipes, desenvolvendo uma estrutura compartilhada, envolvendo famílias, o domínio geral do educador, relações claras sobre os papéis entre os profissionais, uso efetivo do pessoal de apoio, determinação dos serviços de apoio, desenvolvimento de planos educacionais individualizados significativos e avaliação da eficiência da educação. (GIANGRECO, 1997 apud PACHECO, 2008, p. 15).

Nesse contexto, compreende-se que o papel de cada um dos envolvidos é fundamental para o sucesso da educação inclusiva, sendo necessária a responsabilidade social de todos, e na ausência ou não cumprimento dos papéis de um dos componentes dessa esfera acarretará falhas e a inclusão não surtirá total efeito.

2.2 A educação inclusiva e a promoção da junção social: uma questão de direito

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos. Para tanto está legalmente alicerçada nos documentos oficiais, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal de 1988, entre outros. Em relação aos direitos humanos, Marcílio (2009) afirma:

Os valores sociais inerentes à dignidade humana e os fundamentos da cidadania e da democracia participativa são a justiça e a fraternidade. A sua prática constitui a via segura e necessária para alcançar um aperfeiçoamento pessoal e uma convivência social mais humana e mais harmoniosa (MARCÍLIO, 2009, p. 21).

Para compreender a inclusão social como um resgate aos direitos das crianças, jovens e adultos em todas as possibilidades de crescimento, é necessário que faça alusão à exclusão social como problema mundial existente ao longo da história, independente das condições socioeconômicas dos países.

Nessa perspectiva, pode-se contar com a contribuição significativa do autor Paulo Freire, que nos leva a uma reflexão de um novo paradigma educacional voltado para a garantia dos direitos humanos ao afirmar que “sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo mulheres e homens” (FREIRE, 2001, p.13) .

Pacheco, (2008, p.15) diz que “a educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, melhorias nos programas”. De acordo com essa declaração, pressupõe-se que a justiça social luta por uma educação inclusiva, buscando uma igualdade social, através das práticas pedagógicas, investimentos nos programas sociais, e reformas nas escolas.

Ainda segundo Pacheco (2008, p. 35)

O currículo apresenta uma estrutura para os professores, os serviços de apoio e as famílias, os quais são responsáveis de forma conjunta pelo planejamento do processo educacional dos alunos. Essa estrutura parece ser mais efetiva para facilitar a inclusão de todos os alunos. Os professores de turma assumem total responsabilidade pelo planejamento e implementação curricular para todos os seus alunos (PACHECO, 2008, p.35).

Nessa perspectiva entende-se que numa educação inclusiva, a aprendizagem flui a partir de alguns princípios que são fundamentais, e com a colaboração da família, escola e comunidade, há uma maior possibilidade do resultado ser positivo, esse tripé deve estar sempre indissociável, uma vez que isso ajudará para o desenvolvimento da inclusão, no entanto, a participação da família é de extrema importância, pois irá influenciar quanto as resoluções dos problemas, nas atitudes, valores e práticas em relação à educação inclusiva.

Segundo Thomas (1997), “foi destacado que a popularidade da noção de inclusão deve-se ao fato de que ela ressoa com ideias de inclusão em contexto mais amplo na sociedade e em um mundo

onde todos têm um interesse e ninguém é excluído” (THOMAS 1997, p.103, apud PACHECO, 2008, p. 16).

Diante dessa afirmação, a inclusão abrange toda a escala social, visando à igualdade de todos, onde os que são marginalizados por vários motivos, inclusive a situação de pobreza, os quais se sentem excluídos, devem junto com todos lutar pela inclusão social.

Partindo do pressuposto de que a violência é uma constante na vida de muitas crianças e jovens e atualmente tem crescido muito, sendo esse um dos fatores consideráveis de vulnerabilidade social existente, se faz necessária a inclusão dos mesmos em algum tipo de programa social, que trabalhe com eles temática de violência, orientando-os para o exercício de uma cultura de paz.

De acordo com o ECA no seu Art. 15, “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”(BRASIL, 1990). Nessa perspectiva, o poder público deve ter um olhar mais atento a criação de projetos e programas sociais, com a finalidade de garantir esses direitos.

Dessa forma deve-se proporcionar a inclusão de todos os segmentos da sociedade com o objetivo de garantir e promover os direitos humanos, como valor universal independente de cor, sexo, etnia, classe social, religião, dentre outros comportamentos sociais.

3. O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – AABB COMUNIDADE

No contexto nacional brasileiro, pode-se identificar o Programa Integração Social AABB – Comunidade, implementado mediante a parceria entre o poder público e o privado. Fundado em 1928, no Rio de Janeiro, a princípio para atender às exigências dos organizadores de um campeonato de futebol, focado na realização de eventos esportivos, culturais e sociais, onde os participantes seriam famílias e convidados dos funcionários do Banco do Brasil. Em novembro de 1986 o referido programa passa a ser integrado à comunidade. Passando a criação do Programa AABB-Comunidade.

A proposta do programa AABB-Comunidade foi desenvolvida em Julho de 1997, pelo núcleo de Trabalhos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica (NTC/PUC/SP), fundamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Trata-se de uma complementação educacional para crianças e adolescentes de escola pública com idades entre 06 e 18 anos incompletos que participam do programa desenvolvendo atividades lúdicas no horário contrário ao turno escolar. Atualmente são atendidas mais de 52 mil crianças em mais de 400 municípios.

3.1 O programa e seu funcionamento em limoeiro

O Programa foi implantado em nosso município no mês de agosto de 1999, e há 14 anos existe em Limoeiro. Justifica-se seu surgimento como uma das estratégias de evitar que crianças e adolescentes fiquem expostos a situações de risco, e para que participem do mesmo devem estar matriculados em escola pública – o que é uma forma de evitar a evasão escolar.

O Programa AABB Comunidade destina-se a crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 06 e 18 anos incompletos, estudantes da rede pública de ensino e pertencente à família em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente atende a 166 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 18 anos incompletos. As atividades são desenvolvidas ao longo do período letivo durante 3 dias na semana (segundas, terças e quartas - manhã e tarde). Diariamente são oferecidas 02 refeições por turno.

Na cidade de Limoeiro, esse programa tem se destacado pelo envolvimento de um número considerável de crianças e adolescentes, sendo uma ação que combate a exclusão social oferecendo a eles oportunidades de participarem das atividades propostas.

O programa conta com sete professores/educadores sociais que, por sua vez, passam por muitos desafios para pôr em prática a metodologia do programa. As dificuldades encontradas são

educandos que revelam comportamentos de indisciplina, revolta e baixa autoestima, famílias vulneráveis às drogas, alcoolismo, roubo; crianças e adolescentes vulneráveis à exploração infantil pela própria família e pela sociedade, sendo no âmbito do trabalho ou até mesmo as drogas, e ao abuso sexual, não tendo o carinho, afeto e diálogo que são indispensáveis para se tornarem adultos seguros, com autonomia e autoestima.

3.2 Fundamentos sociais, legais e pedagógicos

O Programa referenda e é referendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no que tange ao desenvolvimento de ações de proteção integral a seu público.

O direito a educação gratuita e de qualidade para todos é garantido de acordo com a Constituição Federal, a lei de Diretrizes e Base (LDB), o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), entre outros. De acordo com o ECA (1990, art. 53, p.46), “a criança e o adolescente tem direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Compreende-se, pois, que a educação faz com que o adolescente se desenvolva como pessoa nas relações familiares e nos grupos a que pertence, vivenciando valores que formam a personalidade justa, coerente e virtuosa, exercitando a cidadania.

No referido programa é importante que o aluno esteja compreendendo a importância da sua participação nos movimentos sociais, tendo como perspectiva a democratização de ideias, projetos e práticas sociais e se qualifica para o trabalho compreendendo que as aprendizagens se acumulam ao longo da vida e que o faz adquirir habilidades e competências que o preparam para o trabalho.

Seu principal objetivo é contribuir para a inclusão, a permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de famílias em vulnerabilidade social, integrando os três pilares básicos da formação da consciência cidadã: família, a escola e a comunidade. (GRACIANI, 2011, p. 9).

Dois grandes eixos norteiam o programa: Ludicidade e Pedagogia de Direitos. O primeiro defende o direito à brincadeira, o brincar pelo brincar (dimensão humana inalienável), valendo-se do brincar para aprender com intencionalidade pedagógica. A segunda perspectiva, da Pedagogia de Direitos, vem ao encontro da ludicidade, acolhendo o repertório de jogos, brincadeiras, músicas, mitos e lendas das crianças para, a partir daí, explicitar os elementos de socialização, organização e visão de mundo, objetivando a formação de sua cidadania.

Os educandos são estimulados a participar das atividades desenvolvidas no programa na área de esportes (jogos cooperativos, futsal, futebol de campo, vôlei, handebol, natação, capoeira), artes (dança, teatro, canto/coral, habilidades manuais com material reciclado, pinturas em tecidos,

crochê, tricô, bordado), ciências (horta e atividades direcionadas à higiene e saúde). Eles também são acompanhados por profissionais da área odontológica e clínica, além de receberem complemento educacional (reforço escolar).

A prática pedagógica deve ser desenvolvida, para atender aos alunos levando em conta o princípio de inclusão, cujos educadores devem promover atividades integradoras, prazerosas e que tenha uma intenção pedagógica voltada para o ensino-aprendizagem, a partir das quais os alunos se sentirão motivados a não se afastar da escola.

De acordo com o RCNEI (1998)

Educar significa propiciar situações de brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, efetivas, emocionais, estéticas e éticas nas crianças. (BRASIL, 1998)

Nessa perspectiva, a Ludicidade atua no ensino das crianças como um princípio integrador, através do qual elas aprendem brincando e por meio dessa interação podem desenvolver saberes para a vida pessoal e profissional, intervindo assim no seu meio social de maneira natural, significativa e prazerosa, além de favorecer o interesse das mesmas pelo aprendizado que precisa se apropriar. Isso se torna um fator determinante ao apoio na aprendizagem.

Ainda segundo o RCNEI (1998),

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e, mais tarde, representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, p. 22, vol. 2)

A brincadeira na infância é de grande importância na vida da criança, uma vez que a mesma proporciona benefícios no desenvolvimento integral do ser humano, e os aprendizados são fixados para a adolescência e para a vida adulta. Assim, a ludicidade atua na formação da personalidade e na autonomia do adolescente e, conseqüentemente, do adulto. Alguns autores associam a brincadeira ao desenvolvimento psíquico, emocional e social. Para tanto, a criança que brinca se transforma em um adolescente e um adulto seguro, saudável e feliz. Por esta razão, é preciso

Valorizar, nas crianças, a construção de identidade pessoal e de sociabilidade, o que envolve um aprendizado de direitos e deveres, bem como ampliar certos requisitos necessários para adequada inserção da criança no mundo atual: sensibilidade (estética e interpessoal), solidariedade (intelectual e comportamental) e senso crítico (autonomia, pensamento divergente). (OLIVEIRA, 2002, p.49-50).

Reforçando esta concepção, Smuth (1982, p. 41) afirma que “o aspecto motivacional do brincar lhe dá e continuará a dar seu valor educacional”. Sendo assim, na escola o brincar surge

como um aspecto motivador a uma aprendizagem diferenciada, a qual deve ter uma intenção pedagógica, possibilitando as crianças situações de aprendizagem.

Uma ferramenta pedagógica de grande importância para o desenvolvimento social da criança é o brincar. Nessa perspectiva, a ludicidade é fundamental para o processo de ensino aprendizagem, uma vez que contribui para o desenvolvimento da capacidade motora e cognitiva da criança, além dela expressar seus sentimentos e sua visão de mundo, possibilitando ao educador estabelecer uma interação estimulante com o educando (OLIVEIRA, 2007).

Como afirma Sava (1975, p. 14) apud Moyles (2002, 42):

O fato desenvolvimental importante é de estimular as mentes infantis, através de atividades não regularmente oferecidas em casa, reforça sua capacidade cognitiva de lidar com as tarefas cada vez mais difíceis com as quais elas vão se deparar nas décadas futuras.

Paschoal e Mello (2007, p.51) relata que o desafio em deixarmos as crianças livres para brincar num espaço provocador de experiências ricas e diversificadas, aprendendo desse modo a enxergar nessa atividade todos aqueles objetivos que anunciamos em nossa prática. Se aprendemos a ver no brincar todas as possibilidades, nosso trabalho será mais agradável para nós mesmos educadores e profundamente mais importante para nossas crianças, em seu presente e futuro.

Segundo Kishimoto (2009, p. 36)

A utilização de atividades lúdicas no ambiente escolar representa um fator importante para que se alcance uma melhor aprendizagem. Através das brincadeiras e dos jogos, as crianças desenvolvem sua afetividade, manipulam de objetos, praticam ações sensório-motoras e vivem ativamente os contextos de participação e interação social, fatores que contribuem para o seu desenvolvimento e para a aprendizagem.

Diante do exposto, cabe ao educador incluir em sua prática pedagógica atividades como jogos e brincadeiras, pois além de ser uma forma de divertimento, apresenta grande importância para o desenvolvimento cognitivo e a coordenação motora da criança, promove a interação social, desenvolve a afetividade, estimula o pensamento criativo, atuando assim como facilitador no ensino-aprendizagem.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Caracterização da pesquisa

A metodologia aplicada é uma pesquisa de campo, do tipo exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, que tem como objetivo analisar como estão sendo desenvolvidas as experiências vivenciadas com crianças no Programa Social Integração Social AABB - Comunidade e quais os resultados em foco.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.186):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

(LAKATOS E MARCONI, 2003, p.186):

Utilizando a pesquisa voltada para uma abordagem qualitativa, a qual possibilita a leitura da realidade, na qual o sujeito e o objeto estão interligados e um depende do outro. Chizzotti (1995) afirma que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa: o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpretar os fenômenos, atribuindo-lhe um significativo. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI,1995, p.79)

Nesse trabalho a pesquisa realizada será a exploratória, uma vez que foi feito um estudo exploratório com o intuito de obter informações do fenômeno investigado, adquirindo assim um conhecimento mais aprofundado.

Para Gil (2002) uma pesquisa exploratória:

Visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiverem experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 2002, p.41)

Realizou-se também, no referido trabalho, uma pesquisa bibliográfica, para embasar teoricamente o olhar investigativo na coleta e análise de dados.

4.2 Local de estudo

A pesquisa de campo foi realizada na Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), local

onde funciona o Programa Social Integração AABB - Comunidade na cidade de Limoeiro.

A Associação Atlética do Banco do Brasil se trata de uma associação autônoma sem fins lucrativos, fundada em Dezembro de 1964. É na verdade um clube onde acontecem atividades esportivas como ginástica, natação, futebol de campo, futsal e beisebol. O clube é composto por uma quadra poliesportiva, um campo gramado, um parque aquático e um salão de festas, e nele trabalham cinco funcionários. Como a AABB é um dos parceiros do Programa Social Integração AABB - Comunidade, nela é desenvolvida o referido programa, não só em nossa cidade, como em todas outras em que existe esse programa. Vale salientar que a coordenadora administrativa do programa é a presidente da Associação.

O Programa Social Integração AABB-Comunidade funciona na Associação Atlética do Banco do Brasil, atendendo a 166 crianças e adolescentes, seu funcionamento acontece em dois horários, o primeiro horário é das 7:30h às 11:30 horas e o segundo das 13:00h às 17:00 horas, possibilitando aos educandos participarem em turno oposto ao horário escolar, favorecendo, assim, a permanência da criança e do jovem nos dois ambientes educativos.

As atividades são desenvolvidas ao longo do período letivo durante três dias na semana (segundas, terças e quartas - manhã e tarde). Diariamente são oferecidas 02 refeições por turno.

O quadro de funcionários que atuam no programa são 11 Educadores Sociais, sendo 07 Educadores, 01 Educador de Apoio, 01 Auxiliar Administrativo, 01 Coordenador Administrativo, 01 Coordenador Pedagógico e 01 merendeira.

A estrutura física do local se restringe a uma casinha, contando com uma sala para biblioteca, uma sala com computadores, outra para guardar os utensílios de trabalhos e uniformes, os quais são doados por um dos parceiros, e a sala maior, onde acontecem os trabalhos lúdicos com os educandos, como artes, entre outros, e encontros pedagógicos com os educadores e coordenadores, para planejamentos, estudos e reuniões pedagógicas. Conta-se também com uma cozinha, para as refeições dos participantes. Além disso, os educandos desenvolvem suas atividades lúdicas também na quadra de esportes, em uma enorme área existente e participa da aula de natação, que por se tratar de um clube, o qual faz parte do Banco do Brasil, possui duas grandes piscinas.

4.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os professores/educadores sociais e o coordenador pedagógico, que atuam no projeto AABB Comunidade do Município de Limoeiro – PE.

Este estudo teve como meta a coleta de dados informativos, a fim de formar e proporcionar um melhor entendimento sobre o objeto de estudo.

Busca-se nesta população e amostra, comparar as respostas obtidas, norteadas acerca desta temática, para responder a problemática deste estudo, bem como alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Convém ressaltar que todos os participantes do referido programa, que foram questionados, são educadores, e estão aptos ao trabalho social com as crianças e adolescentes, uma vez que participam anualmente de Formações, oferecidas pela PUC, a qual é um dos responsáveis pelo desenvolvimento do mesmo.

4.4 Instrumento utilizado na pesquisa de campo

O instrumento da pesquisa foi um questionário semiestruturados, realizado com profissionais do programa social Integração AABB - Comunidade em Limoeiro. A escolha desse instrumento se deve ao fato de que:

toda coleta de dados, escrita ou oral, é um processo de interação entre pessoas. Portanto, deve-se procurar uma ordem de perguntas que facilite a interação. Assim. Não convém passar bruscamente de um tema a outro; não convém fazer e refazer a pergunta em diferentes partes do questionário etc. [...] a coleta de dados é uma conversa entre duas ou mais pessoas que visam solucionar um problema; portanto, devem ser respeitadas as normas de uma conversa desse tipo. (RICHARDSON, 2007, p.201)

Sendo assim, retratamos no questionário questões que buscam identificar o perfil do educador social e os sentimentos do mesmo em relação ao programa integração AABB-Comunidade.

4.5 Procedimentos para coleta de dados

Para a coleta de dados, foram questionados os educadores sociais e a coordenadora com 10 perguntas, que apresentaram informações sobre o trabalho realizado no programa, proporcionando-nos um aprofundamento maior sobre o mesmo.

Primeiramente, foi feito o contato com a coordenadora pedagógica, demonstrando, de forma clara, quais os objetivos para a realização desta pesquisa e os procedimentos de coleta de dados referentes ao Programa Social Integração AABB-Comunidade.

Após a devida autorização, realizaram-se as perguntas organizadas no questionário com o coordenador pedagógico e os professores/educadores sociais, para concretizar um levantamento da realidade AABB-Comunidade. Sendo assim, aplicou-se um questionário direcionado às

professoras/educadoras sociais e à coordenadora pedagógica do programa.

Em sequência, realizou-se o levantamento dos dados e de informações que foram analisadas.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar as informações e garantir o anonimato dos sujeitos envolvidos no objeto em estudo, os sujeitos participantes da pesquisa foram denominados de educador social A, B, C, D, E, F, G e o coordenador social.

Questão 1: Qual a sua idade e a sua formação?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	51 anos, é graduada em Licenciatura Plena em Geografia e pós graduada em gestão e Planejamento
Educador social B	22 anos, é graduado em Letras-Inglês
Educador social C	47 anos, possui especialização
Educador social D	47 anos, possui pós-graduação
Educador social E	27 anos, possui pós-graduação
Educador social F	33 anos, possui pós-graduação em Psicopedagogia Institucional; também é professora de educação infantil em outro município
Educador social G	25 anos, é graduada em Pedagogia
Coordenadora Social	52 anos, é graduada em letras e possui pós-graduação em capacitação pedagógica para professores e psicanalista em formação possui pós-graduação em psicopedagoga institucional

Análise

Os educadores e coordenadora sociais que atuam no programa possuem idades entre 22 e 52 anos. Identifica-se também que são todos graduados em cursos diversificados, dos oito profissionais, incluindo professores e coordenador, seis possuem especialização e dois não apresentam esse nível (especialização). Assim, percebe-se que a seleção para os referidos profissionais atende as definições legais.

Questão 2: O que é o Programa *Integração AABB-Comunidade*?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	é um programa social que atende crianças em situação de vulnerabilidade
Educador social B	é um programa social que oferece atividades de inserção social, bem como promove a convivência em grupo para crianças e adolescentes de inserção social.
Educador social C	É um programa social do Banco do Brasil em parceria com a prefeitura municipal que atende crianças e jovens e adolescentes
Educador social D	O programa <i>Integração AABB-Comunidade</i> é um programa social que atende crianças e adolescentes.
Educador social E	O programa <i>AABB-Comunidade</i> é um programa social do Banco do Brasil em parceria com a prefeitura municipal que atende crianças e jovens e adolescentes.
Educador social F	o programa <i>Integração AABB-Comunidade</i> é um programa social, que tem como parceiros prefeitura municipal e Banco do Brasil.
Educador social G	O programa <i>Integração AABB-Comunidade</i> é um programa social que busca integrar as crianças e adolescentes.
Coordenadora Social	o programa <i>integração AABB-comunidade</i> consiste numa proposta educacional, baseada na valorização da cultura do educando e de sua comunidade.

Análise

Observa-se que para todos os educadores sociais, inclusive a coordenadora, o programa *AABB-Comunidade* é um programa social. No entanto o educador social A, acrescenta que o mesmo atende crianças em situação de vulnerabilidade, já o educador B, diz que o programa oferece atividades de inserção social, bem como promover a convivência em grupo para crianças e

adolescentes. Os educadores C, E e F dizem que o programa tem como parceiros o Banco do Brasil e a Prefeitura Municipal, e o C, D, E e G também acrescenta que o programa atende crianças e adolescentes. A coordenadora social, por sua vez, coloca sua resposta de uma forma mais completa, acrescentando que para ela o programa Integração AABB-Comunidade consiste numa proposta educacional, baseada na valorização da cultura do educando e de sua comunidade.

Analisando a fala dos mesmos, observa-se uma ênfase na compreensão de que o programa promove a inserção social e a integração das crianças e adolescentes, e que todos realmente têm propriedade do conceito e objetivo do objeto em estudo, o que torna mais eficaz a atuação profissional dos mesmos.

Questão 3: Qual o Sentimento em relação ao programa?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	é a satisfação em poder contribuir na formação e reintegração desses educandos.
Educador social B	é a satisfação em poder contribuir positivamente no futuro dos educandos.
Educador social C	é de muita vontade de contribuir para todos os educandos atendidos pelo programa tenham um ponto de referencia para de apoiar falando “convivência” e aprendizagens com os mesmos, com os colegas e com todos os projetos vivenciados.
Educador social D	é contribuir na aprendizagem e formação de cidadãos críticos.
Educador social E	é de mudança e aprendizagens.
Educador social F	é perspectiva de mudança.
Educador social G	é inovação e mudança.
Coordenadora Social	meu sentimento em relação ao programa está voltado para a mudança de comportamento, a fim de formar crianças e adolescentes mais seguros e felizes por sentirem que são importantes e amados por todos; sintam protegidos, pois sabem que são sujeitos de direitos, tendo vez e voz para o diálogo; sejam conscientes do quanto é preciso ouvir o outro,

	de dar opinião e saber que é preciso se unir para conseguir construir uma sociedade mais justa e igualitária.
--	---

Análise

Neste questionamento, os educadores A, B, C e D afirmaram que seus sentimentos em relação ao programa são de poder contribuir no futuro, na formação e na aprendizagem dos educandos. Os educadores E, F, G e a coordenadora colocam seus sentimentos voltados para a mudança na aprendizagem, no comportamento e inovação. Ao analisar esta questão, ficou perceptível que tanto os educadores como a coordenadora social têm sentimentos significativos que irão contribuir para o sucesso do aluno e, conseqüentemente, do programa.

Questão 4: Tempo que trabalha no programa?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	há um ano e quatro meses.
Educador social B	há dois anos.
Educador social C	há seis anos e oito meses.
Educador social D	há dois anos.
Educador social E	há dois anos.
Educador social F	há 1 ano e 10 meses.
Educador social G	há dois anos.
Coordenadora Social	há nove anos.

Análise

Em relação a esta questão, os educadores A, B, D, E, F e G trabalham no programa entre um ano e quatro meses e dois anos, já a educadora C trabalha há seis anos e oito meses. A coordenadora trabalha no programa há nove anos.

A partir das respostas obtidas nesta questão, verifica-se que a coordenadora é a mais antiga no programa, e isso enfatiza a certeza de que é a mais experiente, no entanto, o grupo de trabalho (educadores sociais) é novo, enquadrando-se entre um ano e quatro meses e dois anos de experiência. A exceção é o educador social C, que lá trabalha há mais de seis anos.

Questão 5: Quais os critérios exigidos para o ingresso dos alunos no programa?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	É necessário estudar em escola pública e estar em situação de vulnerabilidade social e seu sentimento em relação ao mesmo é a satisfação em poder contribuir na formação e reintegração desses educandos.
Educador social B	Deve estar em situação de vulnerabilidade social, estudar em escola pública e ter no mínimo seis anos e no máximo 17 anos de idade.
Educador social C	Devem ser alunos de escolas públicas e que estejam em situação de risco.
Educador social D	Deve estar em situações de vulnerabilidade social e estudar em escola pública.
Educador social E	Estar em situação de vulnerabilidade social e estudar em escola pública, e seu sentimento em relação ao mesmo é mudança e aprendizagens.
Educador social F	Estudar em escola Pública e estar em vulnerabilidade social.
Educador social G	Para fazer parte dele deve estudar em escola pública e estar em vulnerabilidade social.
Coordenadora Social	Para fazer parte dele devem ser crianças e Adolescentes que pertencem a família de baixa renda, que vivam em vulnerabilidade social, que estejam estudando em escola pública (Estadual e municipal).

Análise

Os profissionais do programa apresentaram os critérios que indicam situação de risco social daqueles que participam do programa, tais como: estudar em escola pública, estar em situação de vulnerabilidade, ter idades no mínimo de seis anos e no máximo dezessete anos e ser crianças e

adolescentes que pertencem à família de baixa renda. Assim, observa-se que este programa apresenta um enfoque social no sentido de ajudar a modificar a realidade de muitas crianças e adolescentes.

Questão:6: Qual a contribuição do programa para o público atendido?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	o referido programa contribui para com os mesmos quando oferece oportunizar atividades socioculturais e esportivas e na formação de sua cidadania.
Educador social B	o referido programa contribui quanto ao aumento nas expectativas de aquisição de uma carreira profissional, a melhoria na concepção de sociedade e ao aumento no nível de criticidade dos educandos.
Educador social C	a contribuição do referido programa é integrar e reintegrar crianças e adolescentes que estão excluídos.
Educador social D	A contribuição do programa é reintegrar os adolescentes na sociedade, de forma satisfatória crítico e participativo.
Educador social E	o referido programa contribui de forma significativa ao reintegrar as crianças e os adolescentes na sociedade, de forma crítica e participativa.
Educador social F	o programa contribui para transformação das crianças e adolescentes e sua inserção na sociedade de forma crítica e com propriedade de seus direitos e deveres.
Educador social G	A contribuição do programa se dá ao reintegrar crianças e adolescentes na sociedade, uma vez que muitas são “excluídas”.
Coordenadora Social	o programa contribui para que as crianças sejam conhecedores do Estatuto da Criança e do Adolescente onde são capazes torna-se cidadãos críticos, e reflexivos; conquistem seu espaço dentro da sociedade como cidadão de bem; conquistem seu espaço dentro da sociedade como cidadão de bem; vivam em sociedade

	respeitando as diferenças.
--	----------------------------

Análise

A maioria dos educadores respondera em relação a essa questão que o programa contribui para integrar e reintegrar crianças e adolescentes na sociedade, uma vez que os mesmos estão excluídos. Os educadores A e B responderam de forma diferenciada. O educador A diz que o programa contribui oferecendo atividades socioculturais e esportivas, e na formação de sua cidadania. O educador B diz que o mesmo contribui quanto ao aumento nas expectativas de aquisição de uma carreira profissional, a melhoria na concepção de sociedade e ao aumento no nível de criticidade dos educandos. Para a coordenadora, o programa contribui para que sejam conhecedores do Estatuto da Criança e do adolescente para que tendo conhecimento dos seus direitos, conquistem seu espaço dentro da sociedade.

Ao analisar essa questão percebe-se que há uma reiteração das concepções apresentadas pelo educador, além disso, confirma o atendimento das finalidades do programa.

Segundo o ECA (ano), no seu art. 16, “a criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. Nessa perspectiva, o programa AABB-Comunidade contribui de forma significativa fazendo cumprir com esse direito, uma vez que tem como uma das finalidades como bem ressaltaram a maioria dos educadores e coordenadora, integrar e reintegrar as crianças e os adolescentes na sociedade.

Questão 7: Quantos alunos participam do programa?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	166 crianças e adolescentes distribuídos em dois turnos.
Educador social B	Atualmente conta com 166 alunos, distribuídos de forma igualitária.
Educador social C	Atualmente atende a 166 alunos.
Educador social D	Atualmente atende a 166 alunos, sendo 86 alunos em cada

	turno.
Educador social E	Hoje atende a 166 alunos, sendo 86 alunos em cada turno.
Educador social F	Atende atualmente a 166 crianças e adolescentes.
Educador social G	Atende atualmente a 166 crianças e adolescentes.
Coordenadora Social	Participam do programa 166 crianças e adolescentes ambos os sexos, de 06 a 18 anos incompletos.(sendo 83 no turno da manhã e 83 no turno da tarde).

Análise

No que se refere a essa questão, todos os educadores afirmam que participam do programa 166 alunos, sendo que 83 no turno da manhã e 83 no turno da tarde, isso ficou claro através das respostas dos educadores D e E e da Coordenadora. Ao analisar a fala dos profissionais, percebe-se que todos conhecem bem o programa e sua estrutura, como mencionado anteriormente bem como a quantidade exata de estudantes participantes do programa.

Questão 8: Existe a participação concreta das famílias junto ao programa

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	A maioria das famílias não participa concretamente junto ao programa, poucos pois aparecem espontaneamente, alguns só aparecem quando solicitados para reuniões, outros só tem contatos através das visitas domiciliares.
Educador social B	As famílias participam de forma concreta junto ao programa, no período destinado às visitas familiares, ou em reuniões no próprio local do programa.
Educador social C	As famílias geralmente não comparecem a AABB, muitas delas aparecem em caso de extrema necessidade portanto não participam concretamente junto ao programa.
Educador social D	As famílias não participam concretamente junto ao programa só às vezes em reunião ou visitas domiciliares.
Educador social E	As famílias não participam concretamente junto ao programa só quando solicitado em reunião ou visitas

	domiciliares.
Educador social F	as famílias participam concretamente junto ao programa.
Educador social G	as famílias só participam do programa às vezes, quando solicitadas em reuniões.
Coordenadora Social	As famílias participam de forma concreta junto ao programa, no período destinado às visitas familiares, ou em reuniões no próprio local do programa.

Análise

Os educadores A, C, D, E e G responderam que as famílias não participam concretamente junto do programa, porém ressaltaram que só comparecem nas visitas familiares, e às vezes em reuniões quando solicitadas. Para a educadora B e a coordenadora as famílias participam concretamente junto ao programa.

Ao analisar essa questão, se faz necessário citar que a maioria respondeu que de certa forma as famílias participam do programa, nas visitas familiares que ocorrem periodicamente nas quintas feira, uma vez que é dia em que os educandos não estão no programa, como foi esclarecido na questão anterior, assim como também na sexta feira que é destinado para estudo, planejamento e reuniões pedagógicas.

Questão 9: Quais as atividades propostas pelo programa?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	coral, natação, capoeira, artesanato, atividade de reciclagem, horta.capoeira, natação, jogos de mesa, artesanato, horta, complementação educacional, aula de canto.
Educador social B	capoeira, natação, artesanato, inclusão, digital, jogos de mesa, aula de canto, horta, complementação educacional, jogos na quadra e campo(futebol e futsal).coral, natação, capoeira, jogos de mesa, artesanato, horta, complementação educacional.

Educador social C	natação, capoeira, jogos de mesa, artesanato, horta, complementação educacional, aula de canto.
Educador social D	esporte, Complemento Educacional, jogos cooperativos, natação, aula de canto, inclusão digital.
Educador social E	capoeira, natação, artesanato, inclusão digital, jogos de mesa, aula de canto, horta, complementação educacional.
Educador social F	atividades lúdicas desenvolvidas em torno de áreas como saúde e higiene, esporte e linguagens artísticas. Quadro 10
Educador social G	coral, natação, capoeira, artesanato, atividade de reciclagem, horta. capoeira, natação, jogos de mesa, artesanato, horta, complementação educacional, aula de canto.
Coordenadora Social	capoeira, natação, artesanato, inclusão, digital, jogos de mesa, aula de canto, horta, complementação educacional, jogos na quadra e campo (futebol e futsal). coral, natação, capoeira, jogos de mesa, artesanato, horta, complementação educacional.

Análise

As atividades vivenciadas contemplam os vários aspectos do desenvolvimento da criança e do adolescente, que estão inseridos nos parâmetros curriculares nacionais (PCN), principalmente ao que se referem aos temas transversais tais como - Meio Ambiente: reciclagem, horta. Saúde: atividades desportivas, como jogos, ginástica, natação, saúde bucal e higiene. Pluralidade Cultural: coral, artesanato, inclusão digital e capoeira. Ética e cidadania: inclusão digital e complemento educacional.

Questão 10: Quem são os parceiros do programa?

EDUCADOR/COORDENADOR SOCIAL	RESPOSTA
Educador social A	FENAB, Prefeitura municipal e Instituto Flor do Limão.
Educador social B	FENABB, Prefeitura de Limoeiro e Instituto flor do limão.
Educador social C	FENABB, Prefeitura de Limoeiro e Instituto flor do

	limão.
Educador social D	FENABB, Prefeitura de Limoeiro e Instituto flor do limão.
Educador social E	FENABB, Prefeitura de Limoeiro e Instituto flor do limão.
Educador social F	FENABB, Banco do Brasil, Instituto Flor de Limão, Prefeitura de Limoeiro.
Educador social G	FENABB, Banco do Brasil, Instituto Flor de Limão, Prefeitura de Limoeiro.
Coordenadora Social	FENNABB-federação nacional das AABBS; fundação banco do Brasil e ONG- Flor do Limão.

Análise

A maioria dos educadores responderam a essa questão que os parceiros do programa são FENABB, Prefeitura e Instituto Flor do Limão. No entanto, os educadores F e G e a coordenadora acrescentaram o Banco do Brasil, o que leva a considerar através da análise que as respostas das mesmas estão mais completas, pois se trata da profissional mais antiga e conseqüentemente mais conhecedora do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, existem inúmeras crianças e adolescentes que vivem em situações de vulnerabilidade social. E em virtude disso, é necessário que haja intervenção do estado na criação de políticas públicas com o intuito de atender essas demandas, objetivando assim minimizar os problemas ocorrentes.

Entretanto, nem sempre o estado consegue dá conta da demanda. Nesse contexto, surgem os projetos e programas desenvolvidos por organizações governamentais ou não governamentais e instituições privadas conveniadas ou não com a esfera pública.

Nessa perspectiva, é de suma importância o foco na proposta pedagógica a fim de que esta esteja coerente com aquilo a que se propõe, uma vez que sendo um trabalho envolvendo crianças e adolescentes, deve-se ter uma atenção voltada para a educação.

O programa AABB-Comunidade se situa no âmbito dessas políticas e atendimento a essa parcela da sociedade que se encontra em vulnerabilidade social. Com a pesquisa realizada, foi possível observar como estão sendo realizadas as atividades propostas pelo mesmo.

Ao investigar o trabalho desenvolvido pelo programa em estudo, houve uma compreensão mais acentuada do que é o Programa Integração AABB-Comunidade, que tem como objetivo principal contribuir para a inclusão, a permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de famílias em vulnerabilidade social, integrando os três pilares básicos da formação da consciência cidadã: família, a escola e a comunidade. O mesmo referenda e é referendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no que tange ao desenvolvimento de ações de proteção integral a seu público.

Constatou-se, também, ao realizar a pesquisa que todos os professores/educadores sociais são graduados e pós graduados, com idades entre 22 e 51 anos, funcionários da prefeitura do município de Limoeiro e que tem bastante compromisso com o trabalho que são de sua responsabilidade, mesmo com os grandes desafios encontrados.

As atividades que são desenvolvidas pelo referido programa são: esportes (jogos cooperativos, futsal, futebol de campo, vôlei, handebol, natação, capoeira, dança, teatro); música (canto/coral); horta; arte manual (trabalho com material reciclado- garrafa pet, latas etc.), pinturas em tecidos, crochê, tricô, bordado, complemento educacional e atividades direcionadas à higiene e saúde. Na associação, os alunos também são acompanhados por profissionais da área odontológica e clínica, e desenvolvem roda de conversas com temas atuais, para que as crianças e os adolescentes se tornem cidadãos críticos, na esperança de tornar um mundo mais humano e mais igualitário.

A perspectiva teórico-metodológica abordada pelo programa é a Ludicidade, que é o aprender brincando, uma vez que as atividades desenvolvidas pelo mesmo são através de

brincadeiras. Verifica-se que as mesmas proporcionam momentos de aprendizagens significativas para as crianças, e que são de grande relevância para a inclusão dos educandos.

Outra metodologia abordada é a Pedagogia de Direitos, que vem ao encontro da ludicidade, pois como a criança é considerada sujeito de direitos, e brincar é um direito da criança, o programa contempla esse direito, por meio do brincar com a intenção pedagógica.

O programa AABB-Comunidade tem importante contribuição na vida dos educandos, uma vez que proporciona uma grande mudança para aqueles que nele ingressam, contribuindo para a inclusão social, na aprendizagem, no desenvolvimento da identidade, na formação da cidadania, para tornar cidadãos e cidadãs autônomos e críticos, no sentido ter uma visão de futuro, para adquirir múltiplas habilidades através das atividades desenvolvidas, entre outros. As crianças e os jovens que participam desse programa são as que pertencem às famílias de baixa renda, de vulnerabilidade social, e estão matriculadas em escolas públicas.

Para fazer parte deste programa, o educador social primeiramente deve ser comprometido, ter muito amor pelo seu trabalho e pelos educandos, uma vez que se trata de pessoas carentes; deve saber lidar com a diversidade, respeitando as diferenças para combater a exclusão, contribuir de maneira significativa na formação de cidadãos e cidadãs, ser comprometido com a construção de uma sociedade justa e com o ensino-aprendizagem.

O programa conta com parcerias que financiam o programa que são: FENNABB - Federação Nacional das AABBs, Fundação, Banco do Brasil, AABB de Limoeiro, ONG- flor d Flor do Limão e Prefeitura Municipal de Limoeiro, as quais trazem grandes contribuições para o público atendido.

Todas as ações direcionadas e realizadas pelo programa promovem a inclusão social por meio da educação, em diferentes perspectivas e abordagem, pois elas oferecem uma complementariedade escolar aos participantes do programa, que são crianças e adolescentes pobres, vivendo em situação de vulnerabilidade social, e portanto se sentem na maioria das vezes excluídos da sociedade. Portanto, o programa é de suma importância para a comunidade limoeirense.

REFERÊNCIAS

BORBA, A. M. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade. 2. ed. Brasília, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: out. 2013.

_____. **Referencial Curricular da Educação Infantil**. V. 1, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>> Acesso em: ago. 2013.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

FERREIRA, Windys Brasão. Educação Inclusiva, In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; ROSSI, Silvio José (Orgs.). **Trilhas do Aprendiz Vol. 8**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: 8ª Ed. Paz e terra, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas Teorias**. São Paulo, Cortez, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos: sessenta anos**. In: Programa de Formação Continuada à distância – Módulo A – 2010, AABB – Comunidade, FENABB São Paulo: Edusp, 2008.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**. São Paulo: Artmed, 2003.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Entrevista para a Revista Nova Escola** Maio/2005. Revista Nova Escola. Inclusão. Edição Especial 011 Outubro 2006

MOYLES, Janet R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Tradução: Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, Zilma M.R de. **Educação Infantil: Muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (2002) **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**. Porto alegre: Artmed 2007.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MELLO, Suely Amaral. Amaral. A importância dos jogos e das brincadeiras na infância, In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **Trabalho pedagógico na educação infantil**. Londrina: Humanidades, 2007.

RICHARDSON, R. J, et al. **Pesquisa social**, métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVA, S.G.(1975). **Learning Through Discovery for Young Children**. Nova York: McGraw Hill.

VIRGÍNIO, Maria Helena da Silva. Gestão, Aprendizagens e Currículo como processo social. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; ROSSI, Silvio José (Orgs.). **Trilhas do Aprendente Vol. 8**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.

GRACIANI, Maria Stela Santos (et al). **Programa Integração AABB Comunidade**. Caderno Pedagógico. Formação inicial. Disponível: <http://www.aabbcomunidade.com.br/sms/files/file/_2011_REVISTO_FENABB.pdf> Acesso em: 25 nov. 2014.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO – Professores/Educadores sociais

- 1) Qual a sua idade e a sua formação?
- 2) O que é o Programa *Integração AABB-Comunidade*?
- 3) Qual o Sentimento em relação ao programa?
- 4) Tempo que trabalha no programa?
- 5) Quais os critérios exigidos para o ingresso dos alunos no programa?
- 6) Qual a contribuição do programa para o público atendido?
- 7) Quantos alunos participam do programa?
- 8) Existe a participação concreta das famílias junto ao programa?
- 9) Quais as atividades propostas pelo programa?
- 10) Quem são os parceiros do programa?